



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

1º DE MARÇO DE 1975

INTRODUÇÃO DA MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1975.

Senhores Membros do Congresso Nacional

Mais que simples relatório, acima de uma árida prestação de contas e transcendendo a devida obediência a mandamento constitucional, é meu desejo fazer, desta mensagem, motivação para um exame, ao cabo do qual estejamos todos, governantes e governados, habilitados a concluir se executamos bem as tarefas que nos foram delegadas, se fizemos aquilo que a Nação, legitimamente, tinha o direito de esperar de nós neste primeiro ano de governo.

Buscarei, também, fazer aqui a projeção, a futuro próximo, dos esforços empreendidos ou planejados, no sentido de, superando dificuldades previsíveis ou eventuais, continuarmos a avançar na senda que deve objetivar sempre o máximo de bem comum.

Seja-me dado, antes do mais, perante este Corpo Legislativo renovado que ora se instaura, esboçar as linhas mestras da doutrina que inspira e continuará a balizar a orientação de meu Governo, dentro de uma filosofia política que me parece adequada à nossa terra e à nossa gente, na quadra conjuntural que vivemos no mundo, tão intranquilo e incerto, de nossos dias.

Os Governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança — revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais atual, de «um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável».

Daí, parecer-me justo admitir-se que este mínimo de segurança, variável no tempo e no espaço, deixará margem mais ou menos ampla às atividades, recursos e esforços que se possam consagrar ao desenvolvimento, em cada momento ou trecho da trajetória evolutiva do país, inclusive sob a ação de múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional. Difícil é, entretanto, a comparação, necessariamente simplista, entre equações de equilíbrio justo e, muito mais ainda, do equilíbrio efetivamente atingido com todos seus parâmetros pessoais e únicos, em momentos diversos da evolução histórica de um país.

A largos traços, o Governo Castello Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências, ambas imperiosas, de segurança e desenvolvimento. Costa e Silva tentou liberar o país, talvez prematuramente, das imposições restritivas da segurança e viu-se obrigado a ceder a elas, em prazo curto. Emílio Médici, com propósitos dos mais liberais embora, esteve constantemente voltado para o atendimento das necessidades impostergáveis

de manutenção da segurança interna que, contudo, não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do país — graças à inegável mestria na condução da política econômico-financeira, que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura internacional e da sucessão de safras exportáveis que otimizaram o balanço entre a produção e os preços de venda no exterior.

Não foram as mesmas, nem de longe, as perspectivas que se ofereceram a meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial, tão preocupante e quase catastrófico. Em contraposição, passaram a ser relativamente menores os imperativos do fator segurança, por mais que, como demonstram evidências ainda muito recentemente apresentadas à opinião pública nacional, os inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz continuem ativos em sua sempre renovada e demolidora ação subversiva de térmitas incansáveis. É que o terrorismo foi dominado e contido; raras incursões, através de fronteiras desguarnecidas — inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparaó, oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá — Marabá, ao norte de Goiás e sudeste do Pará — completamente reduzidas; as organizações subversivas — sob atenta e incansável vigilância de todas as horas. Assim, meu governo, graças aos desvelados e ingentes esforços despendidos por meus antecessores no setor crítico

da segurança interna, pôde instaurar-se em ambiente mais tranqüilo de ordem, tanto aparente como real, e por isso as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos, tanto no planejamento como na execução.

E já que desenvolvimento é, hoje, o termo maior da equação estratégica nacional para o quadro em que vivemos, não me parecem ociosas considerações que melhor lhe definam o contexto, tanto mais que o superior entendimento entre Legislativo e Executivo requer plena compreensão conceitual, a salvo, pois, de quaisquer equívocos semânticos, sempre perigosos.

O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista — humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados; integral, porque não se exaure no simples desenvolvimento econômico da coletividade e do indivíduo, antes deve combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, psicossocial e econômico — do desenvolvimento do cidadão e da comunidade nacional.

Contudo, cabe não desconhecer o primado, tático ou conjuntural, ora de um, ora de outro desses diver-

sos campos do desenvolvimento sobre os demais, seja porque assim o imponham as circunstâncias internas ou condicionamentos externos, seja porque se decida concentrar esforços em um deles apenas, como solução melhor para o avanço posterior, mais rentável, do conjunto.

No governo Castello Branco, ante a derrocada econômica que ameaçava o país, o esforço principal do Estado não poderia deixar de realizar-se no campo econômico-financeiro e, muito especialmente, nessa zona híbrida da segurança econômica cujo signo maior é o combate à inflação. Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas. Costa e Silva, apesar do lema de «humanização do desenvolvimento» que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico. E Médici, apesar do primado indiscutível da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde já empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial.

Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais conseqüente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogrediu, uma vez que, na dinâmica social, a

estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos.

Ora, na doutrina humanista do desenvolvimento integrado que esposamos, o conjunto é um sistema em que se inserem os subsistemas econômico, psicossocial e político; portanto, dadas as interações e as repercussões recíprocas que atuam sempre, se o progresso em um campo ou subsistema arrasta consigo as frentes atingidas nos outros, também — e mais fortemente ainda — o atraso de um deles freará inevitavelmente o avanço de todos os demais. Nessa dinâmica, não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes.

Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas. Com isso, todavia, não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer, mas afirma-se a prioridade instrumental do desenvolvimento político e o primado teleológico do desenvolvimento psicossocial.

Pensar, agir, ter êxito, porém, são expressões que não se referem precisamente aos mesmos parâ-

metros e pertencem a universos distintos. Como Goethe nos disse: «Pensar é fácil; agir, difícil. Agir de acordo com as próprias idéias é o que há de mais difícil no mundo». Sobreveio o dia de inauguração de 15 de março de 1974: a situação econômico-financeira mundial agravando-se; no setor econômico interno, acumulando-se dificuldades com a inflação que ameaçava escapar a todo controle. E, assim, meu governo, desde logo e mais do que desejaria, foi absorvido pelas análises e decisões requeridas pelo campo econômico, inadiáveis, afirmando despoticamente a sua prioridade conjuntural.

A reestruturação do governo, a mobilização dos quadros de nossa complexa administração pública, a dupla elaboração orçamentária e, particularmente, o preparo do II PND — outras tantas tarefas que se impunham — assoberbaram meu governo nesta sua primeira fase, impedindo-o de dedicar toda a atenção que desejaria aos campos político e social. Creio, no entanto, haver conseguido realizar algo de importante, firmando alguns marcos decisivos para as tarefas que, agora, urge equacionar e empreender.

* * *

Ao longo deste primeiro ano, não me faltou o indispensável apoio esclarecido do Congresso Nacional, credor, por isso, dos meus melhores agradecimentos. Continuo a esperar, dos membros do Poder Legislativo, representantes partidários do povo brasileiro e dos Estados da Federação, estímulo e cooperação para levarmos a bom termo a tarefa ingente que a todos nós cumpre realizar.

As relações entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário continuaram a se processar em plena harmonia. Por proposição informal que fiz aos ilustres Ministros de nossa mais alta Corte de Justiça, está sendo empreendido, pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, um amplo diagnóstico da situação da Justiça em nosso país, o qual deverá servir de base para a reforma judiciária que se impõe.

Com os Estados, o governo federal prosseguiu, sem solução de continuidade, nos trabalhos de conclusão do I PND, buscando sempre a conjugação de planos regionais e esforços setoriais e de área. Houve perfeito entrosamento administrativo, com a União prestando todo o apoio indispensável à obra dos governos estaduais em fim de mandato, bem como à programação dos novos governadores eleitos.

* * *

A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA adotada pelo governo tem permitido alcançar resultados francamente favoráveis.

O ano de 1974, último da execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — 1972-1974, apresentou, marcadamente, características de transição para um novo estágio, em face da plena capacidade alcançada pela indústria brasileira e da situação econômica mundial.

Os objetivos globais do I PND já haviam sido atingidos, em boa parte, no exercício de 1973, em razão principalmente de se haverem obtido taxas de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), superiores às previstas.

Setorialmente, as primeiras análises mostram resultado, em geral, satisfatório na área econômica, embora o crescimento efetivo da produção pecuária não tenha sido elevado, a despeito da expansão dos rebanhos.

No período 1970-1974, novas experiências foram tentadas com relação, principalmente, ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste. Realizou-se uma série de programas como o PIN, o PROTERRA, o PROVALE, o PRODOESTE, através dos quais se melhorou a infraestrutura econômica e, em particular, agrícola das regiões.

Num balanço dos resultados econômico-financeiros de 1974, cabe destacar:

— TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas, igual a 9,6%. Tal expansão resultou de um crescimento agrícola de 8,5%, industrial de cerca de 8,2%, do comércio de quase 11%, e dos transportes e comunicações de 16,5%.

Esse resultado excepcional mostra que, a despeito dos problemas enfrentados durante o ano, de flutuações no nível de atividades e do crescimento lento em certos ramos industriais e de alguns produtos agrícolas, a economia brasileira manteve o desempenho altamente dinâmico dos últimos anos.

Alterou-se substancialmente, em nosso favor, o hiato de taxas de crescimento entre, por exemplo, o Brasil e os países do mundo desenvolvido, em comparação com anos anteriores. Enquanto o Brasil crescia entre 10 e 11%, tais países cresciam na ordem de 6% ao ano. Em 1974, desenvolveu-se o Brasil em pouco menos de 10%, enquanto aqueles países, em conjunto, praticamente não apresentaram crescimento algum.

O país está agora com um PIB da ordem de US\$ 80 bilhões (a dólares de 1973) e uma renda *per capita* próxima a US\$ 800.

— A TAXA DE AUMENTO DO CUSTO DE VIDA (Guanabara), nos últimos oito meses (maio-dezembro), manteve-se na média de 1,8% ao mês. Isso representa substancial declínio em relação à média mensal do período janeiro-abril, que foi de 3,8% e, principalmente, de março-abril, situada em 4,4%.

Verifica-se, portanto, que a inflação, após a exacerbação de dois ou três meses, foi colocada sob controle. As taxas um pouco mais elevadas no fim de 74 e, possivelmente, no início deste ano devem-se, principalmente, à maior expansão monetária de dezembro já controlada, e à tradicional confluência, no começo do exercício, de alguns reajustamentos autorizados pelo Governo.

É de notar que a inflação, da ordem de 34 a 35%, foi, em grande medida, resultante da elevação de preços externos. Basta salientar o aumento experimentado internamente, em consequência da inflação

externa, pelos seguintes insumos de utilização generalizada: gasolina (116%), aço (47%), fertilizantes (143%). Em nenhum desses produtos se vem mantendo subsídio aos preços.

Internacionalmente, podem-se registrar, no ano findo, taxas de inflação da ordem de 13 a 25% para os Estados Unidos (dependendo do indicador, os preços por atacado devem elevar-se de 25%), 15 a 25% na Europa (com exceção da Alemanha) e 30 a 35% para o Japão.

Por outro lado, grande número de países europeus ainda mantêm subsídio à energia elétrica e a outras formas de energia.

Na área de investimentos, o BNDE, em 1974, realizou financiamentos de cerca de Cr\$ 21,5 bilhões (deferimentos), com aumento de 186% em comparação com 1973. No setor industrial, o CDI concedeu incentivos a projetos correspondentes ao investimento total de Cr\$ 31,4 bilhões, 42% acima do ano anterior.

O balanço de pagamentos apresentou *deficit* global um pouco superior a US\$ 1 bilhão. O país, no final do ano, mantinha alto nível de reservas internacionais, sendo que, nos últimos três meses, a posição das mesmas foi aproximadamente estável.

Para financiamento do elevado *deficit* em conta corrente, ocorrido em consequência do aumento do valor das importações de petróleo, matérias-primas e equipamentos, verificou-se entrada normal de capitais, ao longo do ano, com a seguinte discrí-

minação: empréstimos e financiamentos (bruto), US\$ 6.5 bilhões; investimentos diretos, US\$ 900 milhões.

É relevante salientar que, num ano não favorável para nossos produtos básicos de exportação (que ainda representam 60% do total), salvo açúcar e soja, foi possível expandir as exportações em cerca de 28%.

Em síntese, no ano de 1974, a orientação adotada pelo Governo foi a de efetuar, rapidamente, todos os principais reajustamentos necessários, quer no campo da inflação, quer na adaptação da estrutura econômica brasileira à conjuntura mundial em crise.

Tendo em vista que 1974 teria de ser um ano de transição, procurou-se realizar logo as grandes mudanças indispensáveis para eliminar artificialismos que pesariam ainda mais no futuro próximo. Parte importante desses ajustamentos diz respeito à redução rápida e, em seguida, nos próximos anos, à eliminação do *deficit* de nossa balança de comércio, principalmente através de programas especiais de auto-suficiência.

NA ÁREA DOS TRANSPORTES foram aprovados um grande Plano de Construção Naval, no montante de Cr\$ 25 bilhões, e um Programa de Desenvolvimento Ferroviário no valor de Cr\$ 30,5 bilhões. E há um Programa Rodoviário em elaboração prevendo o emprego de Cr\$ 40 bilhões. Todos eles relativos ao período 1975/79.

Estuda-se, ainda, a reformulação do sistema portuário e uma definição quanto aos transportes urbanos de massa.

NO SETOR AGROPECUÁRIO, foram criados instrumentos de indução ao aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, implementaram-se o Conselho Nacional de Abastecimento, a Comissão Nacional de Coordenação da Política de Crédito Rural e a Comissão de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

A consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural permitirão que o apoio direto à produção seja acompanhado de um importante processo de criação e transferência de tecnologia.

Está o Governo igualmente empenhado na consolidação e expansão do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Ampliou-se a pauta dos preços mínimos e foram modernizados seus métodos operacionais, assim como se dispensaram cuidados persistentes ao sistema de abastecimento.

Com tudo isso, o produto da agropecuária apresentou, em 1974, taxa de crescimento de 8,5%, maior, portanto, que a expansão verificada para a renda *per capita* (da ordem dos 7%).

Para a consecução desse expressivo resultado, contribuiu, de modo decisivo, o desempenho do pro-

duto das lavouras, com crescimento acima dos 12%, devido principalmente ao aumento da produção de soja (53%), café (45%), trigo (36%), laranja (22%), fumo (20%), milho (16%) e cacau (8,5%), muito superior que a redução de produção ocorrida em culturas como o amendoim — (-22%), o algodão (-13%) e a mandioca (-12%).

O valor das exportações dos produtos agrícolas, nos anos de 1973 e 1974, correspondeu a US\$ 4,3 e US\$ 4,9 bilhões, respectivamente, enquanto as exportações globais foram de US\$ 6,2 e US\$ 8 bilhões. Não obstante terem estas registrado um acréscimo de 28%, o valor das exportações dos produtos da agricultura teve um incremento bem inferior (15%). Tal situação decorreu de fatores adversos no mercado externo.

A produção cafeeira retornou à sua tradicional posição de destaque, em grande parte devido às condições climáticas, de modo geral, favoráveis. Produzidos 3,4 milhões de toneladas, contra 2,3 milhões em 1973, houve um acréscimo de cerca de 45% para a mesma área cultivada. O valor das exportações brasileiras de café (grão e solúvel) atingiu, no ano de 1974, US\$ 1 bilhão.

A cultura de soja continuou com sua elevada expansão, alcançando a produção de 7,8 milhões de toneladas, o que representou incremento da ordem de 53% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras de soja (grãos, farelo e torta) atingiram o montante de US\$ 888 milhões em 1974, contra

US\$ 917 em 1973. Embora o volume físico das exportações tenha sido, em 1974, 41% superior ao de 1973 (cerca de 4,8 bilhões de toneladas, contra 3,37), observa-se um decréscimo no valor das exportações, decorrente das menores cotações do produto no mercado internacional.

Em virtude de ligeira redução no volume de produção de cana-de-açúcar em relação a 1973 (95,9 milhões de toneladas contra 99,7, ou seja, um decréscimo de 3,8%), houve uma diminuição no volume físico das exportações de açúcar (demerara e cristal), as quais, de 2,8 bilhões de toneladas em 1973, caíram para 2,25 bilhões em 1974, com redução de cerca de 20%. No entanto, em decorrência do aumento de cerca de 175% nas cotações internacionais do produto, o valor das exportações elevou-se em US\$ 706 milhões, passando de US\$ 553, em 1973, para US: 1.259 milhões em 1974. O produto que, em 1973, representava cerca de 9% do valor global das exportações brasileiras, alcançou quase 16% em 1974.

A produção de trigo, durante os últimos dez anos, cresceu em cerca de 20% ao ano, contra uma demanda que se expandia a 6% anuais. Tal fato significa uma queda relativa na dependência da importação do produto, que ocupava o segundo lugar na pauta brasileira. A produção de 1974 atingiu o recorde de 2,7 milhões de toneladas.

A produção de milho, nos anos de 1973 e 1974, foi de 14,9 milhões de toneladas e 17,3 milhões,

respectivamente, com um crescimento de 16%. É importante salientar que a cultura do milho acha-se disseminada por todo o território nacional, ocupando, nos últimos anos, dentre as lavouras cultivadas, a maior área, ou seja, 25% do total.

As atividades pecuárias participaram em cerca de 30% da produção agropecuária. Seus produtos (carne, leite, ovos e outros, inclusive pescados) apresentam elevados coeficientes de elasticidade-renda e têm tido dificuldade em satisfazer a uma demanda potencial crescente, dadas as elevadas taxas de crescimento alcançadas pela economia brasileira, a partir de meados da década dos sessenta.

Nos anos de 1973 e 1974, o rebanho bovino brasileiro foi de 85,2 e 87,6 milhões de cabeças, respectivamente. A taxa de crescimento, nos anos considerados, foi da ordem de 2,8%.

A avicultura brasileira transformou-se, nas duas últimas décadas, numa atividade empresarial, evoluindo para a exploração em escala comercial. Atualmente, participa com cerca de 20% no valor da produção pecuária. O Brasil já possui um dos maiores plantéis avícolas do mundo, ultrapassando 335 milhões de galináceos, em 1973, e 350 milhões, em 1974.

Relativamente à INDÚSTRIA E COMÉRCIO, cabe mencionar que nossa política de desenvolvimento industrial sofreu importantes transformações e a concessão de incentivos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial passou a ser feita com maior

seletividade, avaliando-se e orientando-se os empreendimentos com vistas à desconcentração das áreas industriais já saturadas, à atenuação dos desequilíbrios regionais e ao controle da poluição do meio ambiente.

Tal orientação obteve boa resposta dos empresários nacionais e estrangeiros, com notável aumento do volume de investimentos aprovados pelo CDI.

A taxa de crescimento do setor secundário da economia, estimada em 8,2% para o ano de 1974, embora tenha sido inferior às verificadas em anos anteriores, revela o grande dinamismo relativo da indústria brasileira na presente conjuntura mundial, diante do fraco desempenho da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A indústria de transformação cresceu a uma taxa de 7%, enquanto os demais segmentos do setor secundário (dos quais o mais importante é a indústria de construção civil) cresceram a cerca de 12%.

Apesar das características especiais do ano de 1974, indústrias como as de material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações conheceram expressivo crescimento, acentuando o processo de mudança estrutural do parque manufatureiro, com a crescente participação dessas indústrias, particularmente dinâmicas, no total do agregado industrial. O acréscimo estimado do produto real da indústria de material de transporte, em 1974, foi da ordem de 19%, enquanto o produto real da indústria mecânica e de material elétrico e comunicações al-

cançou, no mesmo período, taxas da ordem de 11 a 13%. Dentre tais segmentos industriais, merece ser citado o desempenho das indústrias de base, que apresentaram crescimento da ordem de 17%.

A indústria de transformação de minerais não-metálicos (que inclui produtos como o cimento, material cerâmico, tijolos e telhas) teve sua produção acrescida entre 15 e 16%.

Os setores de bens de consumo final, mais diretamente afetados pelo recrudescimento da inflação em 1974, alcançaram, mesmo assim, taxas de crescimento significativas, principalmente graças ao bom desempenho no primeiro semestre do ano. Por outro lado, as reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre eletrodomésticos, móveis, produtos têxteis e produtos alimentares, ao nível do consumidor, garantiram a sustentação da demanda dirigida a esses produtos.

A indústria automobilística, que poderia ter sido duramente atingida pelo impacto dos reajustes dos preços dos combustíveis, não só incrementou o ritmo de suas atividades, tendo produzido 858 mil veículos (exceto tratores), com um crescimento de 18% em relação a 1973, mas ainda dedicou-se, de maneira mais direta, a atividades outras, como adaptação tecnológica às condições do país e aumento das exportações, visando a situar sua atividade industrial dentro dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes do desenvolvimento nacional. A indústria de tratores apresentou, em 1974, um aumento de produção

da ordem de 25%, com cerca de 51 mil unidades produzidas.

O comportamento do mercado brasileiro de produtos metalúrgicos, a despeito de fatores limitativos surgidos por força das condições econômicas internacionais e internas, manteve-se extremamente ativo. O consumo aparente de produtos siderúrgicos elevou-se a 12,2 milhões de toneladas (aço em lingotes equivalentes), com um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior e uma participação da ordem de 40% de importações (é certo que, em parte, destinadas à formação de estoques). A produção nacional de aço em lingotes situou-se no nível de 7,5 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 5,6 comparativamente a 1973. A realização de obras para a expansão das grandes usinas produtoras de planos, exigindo paralisações temporárias de equipamentos e interferindo no ritmo da produção, bem como dificuldades no abastecimento de carvão metalúrgico importado, reduziram o rendimento da operação dos altos fornos e, assim, representaram fatores limitativos ao maior crescimento da produção.

No setor de não-ferrosos, o consumo aparente atingiu os seguintes níveis em 1974, comparativamente aos valores observados em 1973 (em milhares de toneladas): alumínio — 257 e 198; cobre — 183 e 142; zinco — 101 e 104; chumbo — 96 e 79; estanho — 6 e 4; níquel — 8 e 5. As importações de não-ferrosos comuns atingiram a elevada cifra de

us\$ 546 milhões, contra us\$ 277 milhões no exercício anterior, correspondendo a um incremento de 97%.

A indústria química (inclusive produtos de perfumaria, sabões e velas e produtos plásticos) alcançou uma taxa de crescimento, na produção, de 8 a 9% em relação a 1973.

A indústria petroquímica nacional, dadas as dificuldades e os altos preços das importações de produtos derivados de petróleo, intensificou as atividades de seu desenvolvimento, principalmente através dos pólos petroquímicos de São Paulo e da Bahia.

Dentre as indústrias de bens de consumo não-duráveis, as de produtos alimentares foram as que conheceram maior crescimento em 1974. Vêm, na verdade, contribuindo significativamente para reduzir as carências alimentares e nutricionais da população brasileira, através do aperfeiçoamento em duração de uso, quantidade e qualidade, dos alimentos naturais, minorando os efeitos de entressafra, inerentes à oferta de produtos *in natura*.

O valor total dos investimentos fixos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI atingiu Cr\$ 31,4 bilhões, indicando um crescimento nominal de 42% em relação ao valor aprovado em 1973. Desse montante, o valor correspondente ao setor de bens de capital apresentou um crescimento nominal de mais de 140% em relação ao ano anterior, passando de Cr\$ 1,1 para Cr\$ 2,7 bilhões, elevando-se.

no conjunto das aprovações, de 5% para quase 9%, o que constitui efeito positivo da nova política de desenvolvimento setorial adotada.

Na área da produção de insumos básicos, o CDI aprovou numerosos projetos de instalação e de expansão de indústrias, somando investimentos de Cr\$ 21 bilhões, cabendo cerca de Cr\$ 13 bilhões ao grupo de indústrias produtoras de matérias-primas (metalurgia básica, química, petroquímica, papel e celulose) e Cr\$ 103 milhões ao de bens intermediários (metálicos e não-metálicos).

Em 1974, do montante global de Cr\$ 18,7 bilhões previsto para aplicação em máquinas e equipamentos, 44% relacionaram-se a aquisições no mercado nacional, contra os 36% verificados no ano anterior, registrando-se ainda, entre os dois exercícios, um incremento nominal de cerca de 59% com relação às compras no país. Do ponto de vista da distribuição espacial dos investimentos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI, que tem sua maior concentração no Sudeste e no Sul, cabe assinalar que o ano de 1974 registrou, pela primeira vez, participação bastante expressiva também do Nordeste, como decorrência, basicamente, dos estímulos concedidos à implementação de grandes projetos integrados no pólo petroquímico da Bahia.

As atividades ligadas a MINAS e ENERGIA foram expressivas.

O setor de energia elétrica teve excelente desempenho, dando-se pleno atendimento às exigências

do consumo e aumentando-se a capacidade instalada de 15.506 MW, em 1973, para 17.378 MW, em 1974 e a extensão das linhas de transmissão. Foi concluída a elaboração do programa de obras a serem realizadas até 1990 e prosseguiram os estudos para o aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia. Desenvolveram-se pesquisas para a transmissão de grandes blocos de energia a grandes distâncias.

A fundação da Itaipu Binacional, cujas obras serão iniciadas este ano, merece registro especial, como deve ser destacada — medida de longo alcance — a criação da NUCLEBRÁS.

Com relação ao petróleo, cuja importância é, agora, ainda mais relevante, foram adotadas numerosas medidas com a finalidade de aumentar a produção nacional, realizar economia do consumo, assegurar adequadas reservas de imediata utilização e, principalmente, descobrir novas jazidas, ativando-lhes a entrada em produção. Dentre os resultados alcançados em 1974, relativamente a 1973, cabe mencionar:

— a produção nacional de 10,5 milhões de m³ de petróleo bruto (mais 4,6%) e de 1.180 milhões de m³ de gás natural (mais 26%);

— a importação líquida de 39,7 milhões de m³ de petróleo (menos 2%);

— o consumo aparente de 48,2 milhões de m³ de derivados de petróleo (mais 7,7%);

— estoque total de 9 milhões de m³ de petróleo bruto e derivados em 31 de dezembro;

— descobrimento de campos de petróleo na plataforma continental do Rio de Janeiro (região de Campos), Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, que abrem amplas e favoráveis perspectivas para o país.

Na mineração, muito se fez no decorrer do período e resultados importantes são esperados no setor de pesquisas minerais. Especial realce merecem o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e as implicações contidas no recente Programa Nacional de Não-Ferrosos.

Na área das COMUNICAÇÕES, há registros igualmente animadores.

A qualidade dos serviços postais experimentou sensíveis progressos.

O setor de telecomunicações continua em grande expansão, seja quanto aos serviços telefônicos, onde o sistema DDD vai sendo ampliado consideravelmente, seja quanto à rede de telex, beneficiada também por notável crescimento.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL mereceu cuidados especiais, lançando-se importantes programas.

O Programa POLAMAZÔNIA levará Cr\$ 4 bilhões de investimentos governamentais a 15 áreas selecionadas, para expansão de atividades agropecuárias, florestais e de mineração.

O Programa POLONORDESTE, por sua vez, carreará Cr\$ 5 bilhões para essa região, objetivando o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias.

O Programa Especial de Desenvolvimento da Agro-Indústria importará na aplicação de Cr\$ 800 milhões no Nordeste.

O Programa de Irrigação constante do II PND prevê, no período 1975/79, acréscimo de 100.000 hectares irrigados, no Nordeste e no Vale do São Francisco.

O Programa do Pantanal Mato-Grossense já teve a sua execução iniciada em 1974 e inclui o desenvolvimento de vários projetos, tendo em vista o melhor aproveitamento dessa área.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) prevê investimentos da ordem de Cr\$ 2 bilhões, no período 1975/77, em 12 áreas selecionadas, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Como seu complemento, foi aprovado o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília, com o objetivo de propiciar a esta área condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo com o crescimento populacional na Capital da República.

* * *

A POLÍTICA SOCIAL tem sido objeto da maior atenção de meu Governo, de que são indicadores inegáveis a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, que mantém em permanente prioridade, nos mais altos níveis de decisão, a área coordenada dos Ministérios sociais, e o estabelecimento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que, já em 1975, disporá de 3,5 bilhões de cruzeiros.

O Governo tem plena consciência do quanto representam a EDUCAÇÃO e a CULTURA no processo de valorização do homem brasileiro, inclusive como investimento de alta rentabilidade, se bem que diferida no tempo, para o próprio desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, continuou-se a dinamizar o ensino em todos os níveis, desde o pré-escolar à pós-graduação, sem esquecer as áreas da cultura e do esporte.

Merecem destaque a disseminação de cursos de curta duração, de grande importância para o desenvolvimento do país, assim como o estabelecimento de critérios para a criação de novas faculdades que resultem numa melhoria de qualidade e em maior racionalização do ensino.

Na área da SAÚDE, além de projeto de lei estabelecendo o Sistema Nacional de Saúde e da aprovação do Programa Nacional de Imunizações, vêm sendo elaborados planos regionais. Deu-se continuidade às campanhas contra as endemias e, ao mesmo tempo, foram desenvolvidas intensas ações para atendimento de situações anômalas, como enchentes e surtos de meningite em diversas áreas do país.

O TRABALHO tem recebido merecida atenção, em particular quanto à política salarial que assegura hoje, mais rápida reconstituição dos salários, em face da inflação, e representa, para as classes trabalhadoras, um ganho real significativo.

Dando maior atenção ao treinamento de mão-de-obra e ao problema da medicina, higiene e, sobre-

tudo, da segurança do trabalho, assim como incentivando o sindicalismo e promovendo a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, meu Governo tem demonstrado preocupações muito especiais com o trabalhador brasileiro.

Quanto à PREVIDÊNCIA SOCIAL, por intermédio do novo Ministério, objetiva-se implantar a sua universalização.

Esforços têm sido despendidos no setor da assistência médica, procurando-se corrigir-lhe as notórias deficiências. Para isso, estuda-se a reunião de recursos num fundo único, gerido por instituição especializada, distinta do INPS, ficando este último com as atividades restritas da concessão de benefícios em dinheiro.

Também a assistência social poderá vir a ser centralizada, em uma entidade específica.

No SETOR HABITACIONAL, reformulou-se o esquema de atuação do BNH com redução substancial das prestações pagas pelos mutuários de mais baixa renda, através da redução da taxa de juros, aumento dos prazos e concessão de incentivos fiscais.

* * *

A POLÍTICA EXTERNA praticada pelo Governo merece particular registro.

Desde os primeiros dias declarei que ela deveria ser construtiva, pragmática, responsável e ecumênica.

A essas diretrizes de conduta, ajuntei que as prioridades para a ação diplomática se orientariam

com vistas à expansão econômica e ao progresso social do país, salientando as responsabilidades especiais do nosso relacionamento com as nações vizinhas de aquém e de além-mar.

Essa orientação e esse programa têm sido cumpridos com exatidão.

No continente, reforçamos os laços que nos unem às demais nações, para o que mantive, inclusive, contatos pessoais com Chefes de Estado americanos.

Com relação a nossos vizinhos africanos, adotamos uma posição de ativa compreensão dos legítimos desejos das nações que aspiravam à independência, buscando o fim da era colonial na África.

Sobre a base de compromissos inequívocos de respeito mútuo e não-ingerência, estabelecemos relações diplomáticas com a República Popular da China, país com o qual já iniciamos promissor intercâmbio no plano comercial.

Também instituímos relações diplomáticas com todos os países árabes, e com eles desenvolvemos úteis programas de cooperação econômica.

Por outro lado, adotamos posições explícitas quanto à situação no Oriente Médio, declarando-nos contrários à ocupação territorial pela força e prestando nosso apoio aos reclamos do povo palestino, no sentido da autodeterminação e de sua soberania. Assim fazendo, fundamo-nos no melhor da tradição diplomática brasileira e nos precedentes de nossa posição original sobre o assunto.

Sem sombra de dúvida, nossa diplomacia vem prestando concurso apreciável à consecução dos objetivos de desenvolvimento, além de projetar o Brasil, no exterior, de maneira marcadamente positiva, como interlocutor válido das nações mais influentes na condução dos problemas cruciais do momento.

* * *

A POLÍTICA INTERNA constituiu-se num setor de inegável importância.

Além das eleições dos novos Governadores Estaduais a 3 de outubro, realizaram-se as eleições de 15 de novembro, para a renovação das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Deputados e um terço do Senado Federal. Essas últimas eleições constituem, do ponto de vista político, o fato mais relevante do ano.

Não menos significativa foi a aprovação pelo Congresso da importante Lei Complementar nº 20, que estabeleceu normas gerais para a reorganização territorial do país, iniciada, desde logo, com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a ser efetivada a partir do dia 15 próximo.

Estou seguro de que o adequado cumprimento das disposições que enunciei na primeira reunião do Ministério constitui fator primordial para a tranqüila e promissora evolução política do país.

De fato, como então foi anunciado, envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto

e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.

Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilantes quanto a possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, desejam de fato violentá-la ou destruí-la.

Permanecemos com o mesmo propósito indefectível de garantir, a todas as entidades componentes do complexo da sociedade brasileira, o pleno exercício de suas atividades, dentro dos limites legais, aceitando sua colaboração desinteressada e leal, desde que não impositiva. Do mesmo modo, não podemos admitir intromissão indevida em áreas de responsabilidade privativa do Governo, nem a crítica desabusada ou mentirosa, nem pressões descabidas.

Está de pé o apelo à imaginação criadora dos políticos, no sentido de instituir remédios prontos e eficientes, dentro do contexto constitucional, para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem, da qual depende o desenvolvimento econômico-social do país. E, bem assim, a reafirmação de que cabe aos partidos — do Governo e da Oposição — essenciais ao estilo de vida democrático, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA tem sido firme e cautelosa, no combate à subversão da ordem e na

garantia das instituições públicas, buscando sempre dar ao povo brasileiro as condições necessárias para que possa atingir legítimos objetivos sociais e econômicos.

* * *

As FORÇAS ARMADAS, coesas, atuantes e preocupadas fundamentalmente com o seu aparelhamento e o adestramento de seus quadros, têm papel dos mais relevantes, é certo, tanto na segurança interna como na externa, e constituem o núcleo em torno do qual todos nós devemos nos unir nos momentos graves, para que o Brasil possa concretizar os seus mais altos destinos.

* * *

Senhores Congressistas

Resumidos os trabalhos desenvolvidos no primeiro ano do meu Governo, cabe-me agora voltar as vistas para o futuro, examinando as perspectivas mais próximas.

Esta legislatura deverá, assim o permita Deus, coincidir com a fase de meu Governo em que espero afirmar a importância da ação política: criadora, na progressiva institucionalização do sistema democrático que melhor convenha a esta quadra da evolução de nosso povo e contenha, imanente, decidido impulso contínuo a seu próprio aperfeiçoamento; dinâmica, na vida partidária que, em permanência, seja capaz de mobilizar a participação de todas as parcelas da popu-

lação, e canalizar-lhes, com fidelidade, as aspirações legítimas de progresso; consensualista, na capacidade de dissolver antagonismos e conflitos, através de fórmulas de conciliação esclarecida que visem, antes de tudo, ao bem comum e aos interesses nacionais.

Neste ano de 1975, iniciamos a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado em grande parte para o desenvolvimento social e aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro último. Se é verdade que precisaremos agir com flexibilidade e agilmente, diante da continuada instabilidade da situação econômica internacional, não é menos certo que as perspectivas abertas pela situação nova em relação ao petróleo podem ser tomadas como garantia da viabilidade daquele Plano. Economias como a brasileira — com variadas alternativas decorrentes da dimensão econômica do país, de seus amplos recursos naturais, da capacidade industrial e tecnológica já disponível — não são excessivamente vulneráveis a recessões externas, se adotada uma política econômica adequada.

Quanto à inflação, tudo indica ser possível continuar-se em sua desaceleração gradual, sem as flutuações ocorridas em 1974, já que não teremos inflação reprimida nem outras maiores distorções a corrigir.

Neste particular, merece registro a decisão de limitar-se o reajustamento de tarifas e preços de bens e serviços públicos, conciliando-se, assim, os objetivos de preservar a capacidade de investimento das empresas e de evitar que tais reajustamentos se constituam em ativos fatores inflacionários.

Na área externa, providências vão sendo tomadas para que se obtenha substancial redução no *deficit* da balança de comércio, não só pela diminuição das importações como pelo incremento das exportações, as quais esperamos aproximem-se dos 10 bilhões de dólares, em 1975.

Neste ano, já teremos aumento maior da produção interna de petróleo e, a partir de 1977, poderemos ter substancial contribuição das novas descobertas.

Sem pretender a autarquização da economia, pois o Brasil tem real interesse em manter alto nível de relações econômicas internacionais, preocupa-se o Governo em utilizar os recursos naturais e o mercado interno do país para evitar dependências excessivas, prejudiciais à nossa determinação de continuar crescendo aceleradamente.

As previsões são de que, no fim da década, estará o país auto-suficiente na área de produtos básicos.

Neste ponto, desejo proclamar, de modo categórico, para não deixar quaisquer dúvidas, as preocupações de meu governo, no primeiro ano do II PND, com dois objetivos da maior importância:

- a vitalização da empresa privada; e
- a melhoria da distribuição de renda que se refletirá na desejada expansão da demanda efetiva no mercado interno.

A ação para o desenvolvimento, a ser realizada em 1975, há de incluir o início da execução dos novos

programas de auto-suficiência na área de insumos básicos, a implantação do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a destinação adicional de recursos e programas voltados para o bem-estar das grandes massas urbanas, a implementação de novos programas de integração nacional.

Espero que já no corrente ano obtenhamos significativos resultados da reformulação feita na estrutura governamental, quando se eliminaram órgãos supérfluos e foram criados o Ministério da Previdência Social e os Conselhos destinados ao assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas principais decisões.

Reitero aqui observação já enunciada e que considero relevante: aqueles Conselhos abriram maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia cumprindo aproveitá-los para a apresentação de pontos de vista e sugestões, uma vez que os problemas de importância maior, submetidos aos Ministérios competentes, devem chegar à mesa dos debates, sempre desejados estes, e jamais temidos pelo meu Governo, quando postos em plano elevado e adequado.

A todos os escalões de chefia, situados em quaisquer pontos da máquina administrativa e seja qual for o grau de sua responsabilidade ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compete exercer ação pronta e sadia no sentido de usar bem as oportunidades e, a despeito de obstáculos imprevistos, perseguir os objetivos prefixados, quer

se trate de quadros dirigentes à testa de entidades governamentais, quer de empresas ou entidades privadas.

Na primeira reunião ministerial, afirmei que toda ação de governo é hoje integrada, em virtude da dependência entre os vários setores de atividades por ele exercidas — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora.

Não pode nem deve, portanto, haver compartimentações exageradas, assim como considero necessária a mais ampla liberdade de debates nos vários escalões da administração pública.

Do mesmo modo, no nível mais elevado, o relacionamento entre os Poderes da União, independentes e harmônicos na forma do preceito constitucional, há de se desenvolver e estreitar em proveito geral. Nisso estarei sempre empenhado com o melhor de minhas energias, na convicção de que com a confiança recíproca gerada pela altitude de propósitos e pela lealdade no comportamento, haveremos de corresponder à expectativa da Nação.

É tudo isso impõe-se seja feito para que se proporcione bem-estar ao homem brasileiro, sem quaisquer distinções, pois tal deve ser, é e será objetivo fundamental e responsabilidade indeclinável dos dirigentes todos do país.

Brasília, 1º de março de 1975.

ERNESTO GEISEL